

ENSINO, SAÚDE E AMBIENTE

A obra e o legado de Paulo Freire no encontro com o movimento negro: questionamentos à formação de professoras/es

Paulo Freire's work and legacy in the encounter with the black movement: questions about the training of teachers

Maylta Brandão dos Anjos¹; Luiza Rodrigues de Oliveira ²; Maria Bernadete Pinto dos Santos³; Rose Mary Latini⁴; Valmir Sbano⁵

1 Doutora em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ). Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: maylta@yahoo.com.br / ORCID <https://orcid.org/0000-0001-6272-5056>

2 Doutora em Educação (USP), Universidade Federal Fluminense - Instituto de Psicologia, Niterói, RJ, Brasil. E-mail: luizaoliveira@id.uff.br / ORCID <https://orcid.org/0000-0003-2264-1258>

3 Doutora em Geociências (Geoquímica/UFF). Departamento de Físico-Química. Universidade Federal Fluminense - Instituto de Química, Niterói, RJ, Brasil. E-mail: mbsantos@gmail.com / ORCID <https://orcid.org/0000-0002-0389-245x>

4 Doutora em Geociências-Geoquímica Ambiental (UFF). Departamento de Físico-Química. Universidade Federal Fluminense - Instituto de Química, Niterói, RJ, Brasil. E-mail: rose.latini@gmail.com / ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9843-8462>

5 Doutor em Teoria Psicanalítica (UFRJ), Universidade Federal Fluminense - Instituto de Psicologia, Niterói, RJ, Brasil. E-mail: valmirsbano@uol.com.br / ORCID <https://orcid.org/0000-0003-0472-472X>

Palavras-chave: racismo; formação de professoras/es; movimento negro; educação

RESUMO: Em pleno período de pandemia e isolamento, o “Black Lives Matter” mostrou ao mundo a força do movimento negro a partir de lutas contra a segurança pública diante do genocídio do povo negro. Esse movimento estadunidense nos fez pensar acerca do movimento negro no Brasil. Tais movimentos ensinam a pensar a necropolítica e a colonialidade, mas também a contracolônização e a luta travada pela educação como prática da liberdade no enfrentamento ao racismo, ao preconceito e à mortalidade imposta pelas políticas de Estado no Brasil. Para tanto, é necessário pensar a formação de professoras/es, pois entendemos a necessidade da desconstrução de um processo de formação estática e da construção da docência como atividade política que se coloca nas suas complexidades, com características específicas, singulares e, por isso, demanda e mobiliza novas perspectivas docentes de engajamento, luta e transformação que há na obra e no legado de Paulo Freire, nos seus escritos e na sua prática uma ampla e segura inspiração. Portanto, refletiremos a formação de professoras/es como caminho fundamental no combate às opressões, às exclusões, às estigmatizações e aos aniquilamentos gerados pela racialização no país. Para tanto, este artigo apresenta as relações entre o movimento negro e a obra de Paulo Freire.

Questões Étnico-raciais

Keywords:
racism; teacher training;
black movement;
education

ABSTRACT: In a period of pandemic and isolation, “Black Lives Matter” showed the world the strength of the black movement based on struggles against public security forces in the face of the genocide of black people. This American movement about the black movement in Brazil. Such movements teach us to think about necropolitics and coloniality, but also about countercolonization and the struggle for education as a practice of freedom in confronting racism, prejudice and the mortality imposed by State policies in Brazil. In order to do this, it is necessary to think about the training of teachers, as we understand the need to deconstruct a static training process and the construction of teaching as a political activity that takes place in its complexities, with specific, singular characteristics. Thus, it demands and mobilizes new teaching perspectives of engagement, struggle and transformation that exist in Paulo Freire's work and legacy, in his writings, and in his practice a broad and reliable inspiration. Therefore, we will reflect the training of teachers as a fundamental way to fight oppression, exclusion, stigmatization and annihilation generated by racialization in the country. For that reason, this article presents the relationships between the black movement and the work of Paulo Freire.

INTRODUÇÃO

Estamos escrevendo este artigo em plena vivência da pandemia por covid19, em meio a milhares de mortes — neste momento mais de 600 mil vidas foram perdidas em nosso país. Diante desse cenário, o empobrecimento da população mundial se intensifica, ou seja, as desigualdades sociais, engendradas pelas crises política, sanitária e econômica, estão sendo aprofundadas pela pandemia da covid-19. Em relato na audiência de encerramento da campanha *Nossas vidas importam*, Lia Maria Manso afirma:

Neste cenário, a pandemia da covid-19 é mais uma prova evidente da falência do modo de vida atual baseado em opressão e exploração de vidas negras e na redução dos espaços de participação democrática e na diminuição do controle social sobre políticas públicas, gestão e serviços. (CRIOLA, 2020, n. p.).

No Brasil, voltamos ao mapa da fome, não só pelos efeitos da pandemia, mas sobretudo pelas ações de um governo que tomou para si a necropolítica dirigida aos povos negros e aos povos indígenas, e também às populações periféricas, às/aos moradoras e moradores de favelas, pessoas em privação de liberdade, pessoas sem acesso à moradia, em

Questões Étnico-raciais

situação de rua, sem acesso ao trabalho, às/aos trabalhadoras/es informais, às pessoas com deficiência, mulheres, à população LGBTQIA+. Para Lia Maria Manso,

Durante a pandemia da Covid-19 a população negra e mulheres negras foram centralmente afetadas. Destacamos inicialmente um breve quadro de extrato de violações e iniquidades que levantamos em ação política denominada “Agora é a Hora”, com lideranças políticas e com organizações parceiras (Instituto Marielle Franco; Movimenta Caxias; Periffa Conexão), que alcançou 17 municípios, 573 territórios do estado do Rio de Janeiro, em escuta a mais de 6000 pessoas entre abril e agosto de 2020, em 88,7% pessoas negras e 83,5% mulheres (cis e trans). Foi relatado quadro alarmante: 81% das pessoas entrevistadas relataram morar em casas onde nenhuma das residentes possui carteira assinada; 80% das pessoas cadastradas nos indicaram viver com pelo menos 1 pessoa desempregada; entre as pessoas que afirmaram ter tido a renda totalmente impactada após o início da pandemia, 85,3% são negras; 54,3% das pessoas atendidas não possuíam CadÚnico. Além disto foram significativos os relatos de insegurança alimentar e violências domésticas e familiares, principalmente entre mulheres negras. (CRIOLA, 2020, n. p.).

Os dados acima, coletados nos seis primeiros meses da pandemia por Covid-19, fundamentam outros dados que revelam que pessoas negras e indígenas morrem mais que brancas na pandemia no Brasil (Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da PUC-Rio e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil — Apib). Apesar disso e do crescimento da miséria frente às novas contingências, a elite concentradora de rendas e riqueza se mantém fortemente no poder, por via de novas e velhas formas exploratórias, erguidas no embalo de ações que têm na necropolítica aos corpos negros e indígenas uma “acordada legalidade” das instituições e do Estado. Assim, a desproteção, a violência e a insegurança aumentam para quem carrega “na pele essa marca”.

O cenário de “acordada legalidade” no Brasil tem endereçamento pautado pela racialização, que foi sendo engendrada décadas antes da abolição da escravização de negras e negros. Duas perguntas foram — e são — fundamentais, para o sentido de racialização inventada neste país, as quais apresentamos tal como formuladas à época: como libertar os negros? E o que fazer com eles após a libertação? As respostas a essas perguntas foram dadas no caminho do apagamento dos povos negros e de uma ode ao que, nos anos 1950, foi anunciado como “democracia racial”. Portanto, foi essa a política que o Estado brasileiro construiu para os povos pretos: assimilação, apagamento, expropriação, exploração. Quando esse modo não dá conta, tal como afirmam os “homens de bem”, a política é a de morte.

Questões Étnico-raciais

É nesse modo de exercício da vida de uns sobre os outros, a necropolítica, que a educação pública se constituiu no país, com o objetivo de preparar para o mundo do trabalho livre o povo negro, mas também para assimilá-lo à cultura branca e europeia. E foi assim que políticas públicas, racialização e educação foram sendo completamente amarradas nesse país. Podemos citar como exemplo disso o Decreto Nº 7031-A, de 1878, que uma década antes da abolição, construía, pela política pública em Educação, o lugar do negro na hierarquia social do mundo do trabalho, pois ao fim dos exames:

Art. 42. Terão direito de preferencia aos logares de serventes, guardas, continuos, correios, ajudantes de porteiro, porteiros das repartições e estabelecimentos publicos e outros empregos de igual categoria os cidadãos que, reunindo os demais requisitos precisos, apresentarem notas de aprovação plena obtida nos exames finais de algum curso publico de instrução primaria de adultos. (BRASIL, 1878, n. p.)

No entanto, a escrita deste artigo foi fundada pelo enfrentamento dos povos negros a essa “acordada legalidade”, pela agência negra. No momento em que começávamos a pensar este texto, fomos tomadas pela notícia do assassinato de George Floyd, nos EUA. Era maio de 2020 e o “Black Lives Matter” (BLM), em tradução para o português “Vidas Negras Importam”, se apresentou para nós como uma grande inspiração, pois, nascido dos movimentos negros estadunidenses, que se organizaram contra a discriminação racial, brutalidade policial, injustiças raciais, invisibilidades sociais e contra a desigualdade no sistema de justiça dos Estados Unidos, após alguns anos de sua existência, o BLM expõe várias feridas que têm relação com tantas outras, nos países com marcas da colonialidade. Representou também inspiração para que olhássemos para a nossa realidade.

Somente em 2020 e nos primeiros meses de 2021, foram assassinados 13 crianças e adolescentes negras e negros no país, entre 4 e 14 anos. Estamos apenas falando daquelas/es que não chegaram à vida adulta. Vejamos os dados de um estudo recente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e da UNICEF (2021), publicado pelo Portal G1:

De 2016 a 2020, 35 mil crianças e adolescentes foram assassinados no Brasil, uma média de 7 mil por ano, é o que revela estudo inédito do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Unicef divulgado nesta sexta-feira (22). O número de crianças até 4 anos mortas aumentou 27% em 2020 [...] Meninos negros são a maioria das vítimas em todas as faixas etárias (ACAYABA; MACHADO, 2021, n. p.).

O que fazemos diante dessa política de morte que atinge nossas crianças e jovens negras e negros cada dia mais novos no Brasil? Os movimentos negros pelo mundo, a agência do povo

Questões Étnico-raciais

negro, vêm há muito defendendo a educação antirracista como enfrentamento à educação como tecnologia de assimilação, de apagamento e de estruturação social pela racialização.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

O ensino reflete o que se tece no mundo. Em determinação a isso,

na sociedade brasileira as diferenças sociais entre brancos e negros são nítidas no cotidiano. Além do aspecto econômico, no qual pessoas pretas e pardas (a combinação desses grupos forma a classificação negra, segundo o IBGE) são maioria entre as que possuem rendimentos mais baixos, a persistência de situações de maior vulnerabilidade, indicada por evidências nos campos da educação, saúde, moradia, entre outros, mostram evidente desequilíbrio na garantia de direitos em prejuízo para a população negra. É possível também observar a sub-representação entre líderes de equipes nas empresas, juízes e políticos (OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO, ENSINO MÉDIO E GESTÃO, 2021, n. p.).

É preciso entender que não é que o Estado brasileiro não tenha desenvolvido e implementado políticas para as negras e os negros após a abolição, havia política, mas a de assimilação, apagamento, expropriação e exploração, tendo apoio nas funções sociais das instituições de educação. Como exemplo, citamos o Decreto nº 7031-A, de 1878, que foi uma medida das políticas públicas em Educação uma década antes da abolição, para determinar o lugar do negro na hierarquia social do mundo do trabalho, tal como citado acima.

No entanto, é também pela educação que o movimento negro enfrenta esse estado de coisas — nomeado de racismo estrutural, de racismo à brasileira. A essa luta, emprestaremos nosso foco nas reflexões contidas nesse artigo. E assim, o que nos mobiliza às respostas de nossas inquietações é o que nos une nas novas perspectivas freireanas de mundo.

Abrimos o debate com autores que pensam e pensaram a condição humana e a racialização. Munanga (2012) e Fanon (2005, 2008) falam da identidade do negro e da negritude, confrontando as construções colonizadoras. Pensam o racismo, localizando-o historicamente, como divisor entre raças de diversas populações dadas pela cor da pele e outros critérios morfológicos relacionados à forma, ao social e à genética negra. Os autores nos ensinam sobre o conceito social de raça, que é, segundo Santos e Oliveira (2021), o grande bloqueio epistemológico, cognitivo, social, afetivo desse país, a presença e a ausência da racialização, isto é, estamos internalizando há mais de 500 anos o conceito social de raça, com o apagamento dos povos pretos e indígenas. Diante da ausência da racialização, pois sobre isso

Questões Étnico-raciais

não podemos falar, vivemos o interdito racial, posto ser necessário garantir a ideia da democracia racial que definiria este país, mesmo muito tempo depois de ser denunciada como mito pelo movimento negro. É isso que se chama racismo estrutural, racismo à brasileira. É disso que se trata: a racialização como política de constituição desse país como nação.

Mas, voltemos à educação, vimos acima como ela vem sendo signatária desse pacto de silêncio, mas por que então é a grande aposta do Movimento Negro no Brasil? Poderíamos dizer que a resposta está na efetivação recente das leis: 10.639/2003 (BRASIL, 2003), que enfatiza a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, depois alterada pela Lei 11.645/2008 (BRASIL, 2008), para trazer o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena; Lei n. 12.711/2012 (BRASIL, [2016]), que prevê a reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior (IFES) aos estudantes de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos e indígenas. Porém, não foi a implementação dessas leis que fez com que o movimento negro afirmasse a educação como função social fundamental na luta antirracista; ocorre o contrário, essas leis citadas são conquistas do movimento negro.

Então que importância tem a educação? É que ela é função política fundamental, no entanto precisa ser tomada pelo sentido de também libertar, de contracolonizar. É pela educação que também é possível nos formar subjetivamente diante da colonialidade, o que será nomeado por Frantz Fanon (2005) de descolonização do ser, por Amílcar Cabral (1974) de “reafricanização das mentes” e por Paulo Freire e Sérgio Guimarães de conscientização (FREIRE; GUIMARÃES, 1978/2011). E é pelo encontro com o movimento negro, mais especificamente pelo conceito de conscientização, que apresentaremos Paulo Freire na perspectiva de discutir a formação de professores nesse país.

“Conscientização” é um conceito complicado e foi muito criticado na obra de Freire, o que fez com que o autor retirasse a palavra dos seus textos posteriores à *Pedagogia do oprimido*, mas se renunciou ao termo, não o fez do sentido (FREIRE; GUIMARÃES, 1978/2011). Em *Pedagogia da esperança*, ele escreve:

só no entendimento dialético, repetamos, de como se dão consciência e mundo, é possível compreender o fenômeno da introjeção do(a) opressor(a) pelo(a) oprimido(a), a “aderência” deste àquele, a dificuldade que tem o(a) oprimido(a) de localizar o(a) opressor(a) fora de si, oprimido(a) (FREIRE, 1992/2003, p. 146).

É assim que Freire aprendeu com o Movimento Negro, especificamente com os autores dos países de África, como Amílcar Cabral: é preciso encontrar um sentido de subjetivação aterrada em terras brasileiras, o que só é possível pelo encontro com a grande

Questões Étnico-raciais

questão desse país, a racialização e as opressões que ela arrasta na sustentação da modernidade com suas pautas colonialistas. Vejamos o que ele diz em seu último livro.

A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres [...]. A mim me dá pena e não raiva, quando vejo a arrogância com que a branquitude de sociedades em que se faz isso, em que se queimam igrejas de negros, se apresenta ao mundo como pedagoga da democracia (FREIRE, 1996/2021, p. 37).

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Esses pontos poderão ser pensados a partir do currículo direcionado à formação de professores e historicizados na história da escravização desses corpos. Em Paulo Freire, temos muito para a abertura desse debate que também tem inspiração nos movimentos sociais e na luta contra o racismo estrutural e institucional (ALMEIDA, 2019).

Cabe às escolas, no viés de sustentação das políticas públicas e formulações curriculares, buscar reconstruir perspectivas de reconhecimento das diferenças nos aspectos raciais, políticos, culturais, sociais e históricos, a fim de garantir respeito aos direitos legais e a valorização da identidade negra, nas suas marcas históricas, para a constituição da educação antirracista na e para a amplitude da formação humana e para a igualdade racial. Que deixe de ser um plano para ser prática, ação e movimento pedagógico e político de igualdade entre os seres.

O trabalho desenvolvido por professoras e professores do ensino básico e superior, que lidam dia a dia com a realidade desigual, requer consciência racial, consciência crítica e consciência histórica que caminhe no sentido de ter a eficácia como prática da liberdade e do reconhecimento e respeito às diferenças que somos e temos (FREIRE, 1976/1978, 1967/1983, 1992/2003, 2005, 1968/2015, 1996/2021; FREIRE; GUIMARÃES, 1978/2011).

Nesse sentido, é por meio desse olhar que o combate à discriminação e ao preconceito racial, formam pensamentos que colocarão por terra o que parecia estar naturalizado em discursos disfarçados, “engraçados”, em piadas, em olhares e comportamentos segregadores.

Em decorrência desse propósito, é no *lôcus* educacional que reflexões e saberes desnudam o eurocentrismo e o colonialismo para superar o racismo e a desigualdade abissal que emergem de práticas históricas de exploração dos corpos e execuções cativas e opressoras dele.

Questões Étnico-raciais

Para que sejam efetivadas as orientações previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), expressas nas leis, medidas na formação de professores devem ser pensadas e ampliadas. Paulo Freire deve ser mais lido, frisado, trazido, trabalhado. Isso requer uma unidade de propósitos para deflagração de mudanças que tenham na humanização e na politização do ensino um lema de reconhecimento e resgate histórico de um passado que não pode se repetir em novos formatos dissimulados e outras vezes explícitos da opressão pela cor da pele e pelo formato dos corpos.

Nesse sentido, o racismo necessita ser combatido nas escolas, e o movimento negro vem funcionando como um catalisador para que esse fato assuma a pauta de discussões nos vários ramos e instituições, principalmente nos países que se alimentaram com os navios negreiros e fortaleceram a sua economia colonial com a força dos braços que escravizaram.

Carregamos as marcas dessa economia, que se calou sobre o tempo, permitindo que injustiças se perpetuassem sob o manto “meritocrático”, que não mede vieses e políticas de impossibilidade, que secciona pelo preconceito e pelo sentimento de superioridade daqueles que, amantes do dinheiro, das armas e do poder, oprimem e esgarçam as relações humanas. Nessa esteira, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta que a desigualdade social e econômica existente no país está relacionada à desigualdade racial. Ao resgatar a história, constatamos que esse fato tem na raiz escravocrata o molde impresso da miséria, do abandono à própria sorte e da constante falta, depleção, insalubridade e violência.

O movimento negro vem mostrando tal fato pelas políticas de morte, pelos corpos negros massacrados e jogados à lama. A necropolítica cometida diariamente com negros e periféricos desfila na nossa cara como política de um Estado herdeiro das arbitrariedades dos 21 anos de poder opressor. Essa é uma política que dita quem pode viver e quem deve morrer, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania na manifestação de poder (MBEMBE, 2018a, 2018b).

Tal fato apresenta o racismo na sua máxima expressão de violência e morte como mecanismos de segurança institucional. Destituído de direitos e expurgados da proteção do Estado e da perda do estatuto político, o corpo negro passa a ser o espetáculo da violência e da espoliação dada aos territórios fronteiriços, periféricos e vigiados.

Nesse âmbito, a escola não pode se expressar nos atos discriminatórios, pois a ela, numa lógica freireana, cabe romper com os traços estigmatizadores que assumem fraturas simbólicas constituídas em barreiras para cor, forma e classe. Ao assumir a justiça e a igualdade entre os seres, é no reconhecimento às diferenças que ela se fortalece, é na denúncia

Questões Étnico-raciais

ao que divide, hierarquiza e antagoniza os seres e os grupos sociais que ela se faz para a transformação do mundo.

Assim, muitas conquistas devem ser buscadas e há muitas lutas a assumir para a construção de uma escola para todos e para todas as cores. Infelizmente, ainda vemos que, no sistema educacional, são os alunos negros os mais expulsos, evadidos e reprovados (HENRIQUES *et al*, 2007).

Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam a ínfima percentagem de negros no serviço público e em postos de destaque nas instituições de trabalho. Também constatamos essa baixa representatividade nos postos políticos e artísticos. Aos negros é destinada a menor remuneração, lhes cabem os “mais inferiores trabalhos” (empregada doméstica, profissionais de limpeza, prestadores de serviços de atendimentos, como vendedores, *telemarketing*, garçons, porteiros, entre outros).

Essa situação, junto a tantas outras, evidencia o que sustenta o racismo e a discriminação. Na escola, vimos que uma delas se destaca nos currículos constituídos dentro de uma lógica colonial em que os negros são colocados à margem da História, tidos como seres inferiores. O racismo estrutural aparece aí. Naturaliza-se, num pacto de silêncio e sob o argumento de que “não há racismo”, a violência econômica, cultural, social e política atribuída pela raça.

Já é hora de considerar as identidades de corpos e cor a serem trabalhadas por profissionais da educação na lógica igualitária, humana e justa. Numa sociedade de maioria negra, da qual partilham do modo de vida, costumes, conhecimentos, valores e atitudes, devem cair por terra os olhares que alimentaram as práticas escravagistas, bem como as opressões dadas pelo olhar e tratamento. É preciso trazer a “pedagogia do oprimido” para romper com as práticas dos opressores.

É com base nas representações constituídas no processo de reconhecimento de si no outro e do outro em si que os processos sociais e políticos para a formação de professoras/es estarão atentos às intersubjetividades formadas na diversidade étnico-racial, num processo cíclico de reconstrução. Não há como apagar a História, ela aparece incrustada na nossa memória. Portanto, deslegitimar o imaginário social racista construído com imagens e textos discriminatórios de políticas brancas é ponto a ser discutido e colocado em movimento na formação de professores, por isso trazer Freire para discutir e pensar opressão e liberdade é fundamental. Além disso, ao trabalhar as identidades étnicas, amplia-se o combate às formas sistemáticas de violência aos corpos negros.

Questões Étnico-raciais

A formação de professoras/es, que surge no Brasil como área de pesquisa por volta dos anos 1990, é marcada num processo que busca autonomia, emancipação e transformação, no entanto, é preciso trazer as questões étnico-raciais e aprofundar o debate sobre a análise crítica de conjuntura demarcada pela diversidade. E, como vimos, Paulo Freire é grande inspiração, pois entende educação emancipatória se dada pelas marcas da racialização deste país.

Além de Freire, Gatti *et al* (2008), Gatti e Barreto (2009a), Gatti e Nunes (2009b), Nunes (2019), Nóvoa (1998, 2007), Tardif (2002), Tardif e Lessard (2005), Aguiar (2000), Aguiar e Davis (2010), Alves (1992), entre outros, são autores representativos para a formação de professores, porque, com seus estudos e pesquisas, eles fortaleceram a construção histórica da profissionalização docente, reconstruindo a trajetória da formação no exercício de reflexão. Os autores se debruçaram sobre questões que põem em foco determinadas situações como valorização da categoria e de seu estatuto profissional, a composição do currículo como identidade que rompa subalternizações e apatias, a luta pelas políticas públicas justas que considerem sujeito e trabalho numa dinâmica cíclica. Assim, eles trabalharam, de diferentes formas, o papel e a complexidade dada na prática pedagógica, salientando a necessidade da reflexão como exercício constante da práxis.

Em seus vários trabalhos, encontramos diálogos com Freire que possibilitam maior solidez e adequação ao que é real e concreto na vida das/os professoras/es e das/os alunas/os. Os autores põem em questão as crises que acontecem no mundo e que se refletem na escola, ocasionando novas demandas decorrentes dos contextos dinâmicos de transformações sociais, dadas pelas diferentes histórias de vidas e repertórios que não se desagregam da realidade concreta das ações individuais e coletivas. Essas têm assumido lugar privilegiado nas suas discussões acerca da formação de professores, que expõe a fragilidade nos currículos desencontrados da realidade e dos “desincentivos” à profissão. Em Nóvoa (1998), vemos que a profissão docente deve desenvolver-se nas reais condições do trabalho, em que o componente afetivo se compõe de uma dimensão relacional que expõe as condições sociais e políticas, bem como os valores e ideologia que constituem o mundo. Essas condições institucionais são singulares, devendo ser postas no trabalho realizado nas pesquisas e estudos docentes que se propõem a fazer críticas e autocríticas. O racismo, então, para essa confirmação, deve ser ponto de pauta.

A categoria trabalho docente engendra uma permanente reconstituição da atividade humana, instigadora de participação e intervenção no mundo. É também uma atividade humana interativa, constituinte e constituidora de subjetividades, desejos, curiosidades e

Questões Étnico-raciais

fazeres. Nesse enredo, Tardif e Lessard (2005) compreendem o trabalho docente como modo fundamental da interação humana. Para eles, a formação de professoras/es constitui um setor nevrálgico, uma das chaves para entender as transformações sociais e os processos cognitivos, como: observação, compreensão, interpretação, análise e a criação intelectual. Desse modo, “[...] o que os professores ensinam (os “saberes a serem ensinados”) e sua maneira de ensinar (o “saber ensinar”) evoluem com o tempo e as mudanças sociais.” (TARDIF 2002, p. 13).

É nessa prática social, relacional, humanizadora e transformadora que questões como a necropolítica e a descolonização devem ser trabalhadas. No entanto, sabemos que nenhum das/os citadas(os) entendem formação crítica pela racialização, pois, como dissemos na abertura deste artigo, este é um bloqueio epistemológico (SANTOS; OLIVEIRA, 2021) com o qual o pensamento brasileiro precisa se haver.

É nessa relação complexa da educação com a materialidade da vida que refletir sobre as questões raciais e étnicas na formação de professoras/es leva a compreender as diferentes variáveis que podem contribuir para uma tomada de consciência que mobiliza o exercício profissional de ensino na denúncia das injustiças históricas relacionadas ao racismo estrutural (ALMEIDA, 2019).

Por isso, os cursos de formação de professores devem levar em conta as dificuldades reais dos professores no exercício da profissão, nos contextos formadores para a vida e para o enfrentamento social às situações de exclusão, preconceitos, discriminação e sectarismo. As injustiças impetradas pelo Estado amante da necropolítica redundaram do racismo estrutural existente nas instituições sociais, e aqui salientamos a instituição ensino.

Freire, para além dos autores da área de formação de professoras/es citados, representa perspectivas educativas e ideológicas que conversam com a necessidade de delimitar o espaço de autonomia crítica à profissão docente. A formação escolar e acadêmica do profissional requer, para eles, uma prática organizativa e aprofundada numa perspectiva mobilizadora de uma pedagogia interativa e dialógica. É nessa pedagogia que novos posicionamentos devam ocorrer. Novos engajamentos de denúncia e esclarecimentos.

A criação de redes relacionadas à realidade e a busca da transformação dessa realidade exigem trabalhar saberes e valores que deem corpo a um exercício crítico da profissão docente sobre as vivências dos componentes da mudança, destituindo os malfeitos históricos que levaram à opressão e fizeram de um povo escravizado.

É nesse contexto que o combate ao racismo se fortalece nas práticas pedagógicas e nos contornos de uma territorialidade própria quando a autonomia dos professores se

Questões Étnico-raciais

concretiza num saber que se volta a um processo permanente, de integrar humanidade, direitos, dignidade e igualdade ao pensamento que permita o aprofundamento em relação à educação étnico-racial, sustentado por uma formação que trabalhe a construção de um discurso aprofundado e engajada, com conhecimento sério e sólido.

Como as construções sociais trabalhadas na escola legitimam os saberes incorporados às experiências individuais e coletivas e não há prática educativa sem conteúdo, sem objeto de conhecimento a ser ensinado, a questão fundamental é política. Ter consciência de quais conteúdos ensinar, como ensinar e que participação dar aos movimentos populares na discussão em torno da organização dos conteúdos programáticos é gozar da liberdade de ensinar e do prazer de aprender (FREIRE, 1976/1978, 1967/1983, 1992/2003, 2005, 1968/2015, 1996/2021; FREIRE; GUIMARÃES, 1978/2011). Assim, a formação de professoras/es estruturada a partir da organização coletiva deve se sustentar na autonomia criativa e participativa na feitura de um currículo pensado na perspectiva étnico-racial para transformação educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo continua presente na sociedade e permeia relações, desmascarando a problemática de acesso do povo negro à educação. Crianças e jovens negras/os são cada vez mais afastadas/os, expulsas/os da formação escolas ou invisibilizadas/os no processo, fato esse que deve ser ponto de pauta na formação de professores, para que possamos estancar os processos discriminatórios que são determinantes na construção de uma educação com compromisso pela igualdade racial.

Há, portanto, urgência de reformulações na formação de professores, frente aos desafios que o mundo coloca para a profissão, por isso já é hora de não mais silenciar ou esconder preconceitos, esses não deverão mais existir para dar lugar a uma formação integral, livre e emancipada de correntes opressoras.

A violência racial se afirma nas escolas, nos espaços de formação e nos leva a fazer uma reflexão sobre o mal que pensamentos segregadores, alimentados pelo racismo provocam na vida em sociedade. A necropolítica atinge diretamente nossas vidas, forçando-nos a repensar e a lutar contra o elenco de injustiças montadas para desproteção dos que morrem pela cor e pela condição social que ocupam. A morte como banalização da violência é vista diariamente nos noticiários. Essa violência não pode mais ser naturalizada e considerada aceitável, as vidas negras importam e a escola deve se importar. Como um espaço de diálogo,

Questões Étnico-raciais

a formação de professores deve ser representada nos enfrentamentos às situações de discriminação dos corpos. É na potência transformadora que a educação tem em Freire possibilidades teóricas e metodológicas de construção de outros fazeres. Desse modo, as/os docentes e profissionais da educação, ao participar de uma luta coletiva, contribuem para que situações de violência não aconteçam.

REFERÊNCIAS

ACAYABA, Cíntia; MACHADO, Livia. 35 mil crianças e adolescentes foram assassinados em 5 anos no Brasil; nº de mortos até 4 anos cresceu 27% em 2020, diz estudo. **G1**. São Paulo, 22 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/10/22/35-mil-criancas-e-adolescentes-foram-assassinados-em-5-anos-no-brasil-no-de-mortos-ate-4-anos-cresceu-27percent-em-2020-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 30 out. 2021.

AGUIAR, W. M. J. **Professor e educação: realidades em movimento**. In: TANAMACHI, E. R.; PROENÇA, M.; ROCHA, M. L. (org.). *Psicologia e educação: desafios teórico-práticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 169-184.

AGUIAR, W. M. J.; DAVIS, C. L. F. Superando a dicotomia saber-ação: uma nova proposta para a pesquisa e a formação docente. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: ANPED, 2010. Disponível em: <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT20-6139--Int.pdf>. Acesso em: 16 ju. 2020. p. [1-18].

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ALVES, N. (org.). **Formação de professores: pensar e fazer**. São Paulo: Cortez, 1992.

BRASIL. **Decreto 7031-A, de 6 de setembro de 1878**. Crêa cursos nocturnos para adultos nas escolas publicas de instrucção primaria do 1º gráo do sexo masculino do municipio da Côrte. Rio de Janeiro: Império do Brazil, 1878. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-publicacaooriginal-62957-pe.html>. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em:

Questões Étnico-raciais

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 16 jul. 2020.

CABRAL, A. **Guiné-Bissau, nação africana forjada na luta**. Lisboa: Nova Aurora, 1974.

CRIOLA. Balanço dos Direitos Humanos durante a pandemia no Brasil. *In: Criola*. Rio de Janeiro, 29 set. 2020. Disponível em: https://criola.org.br/balanco-dos-direitos-humanos-durante-a-pandemia-no-brasil/#_ftn2. Acesso em: 30 out. 2021.

FANON, F. (1961). **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FANON, F. (1952). **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

FANON, F. (1956). Racismo e cultura. *In: SANCHES, M. R. (org.). Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais*. Lisboa: Edições 70, 2012. p. 273-285.

FAUSTINO, D. M. **A disputa em torno de Frantz Fanon: a teoria e a política dos fanonismos contemporâneos**. São Paulo: Intermeios, 2020.

FREIRE, P. (1976) **Cartas a Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, P. (1967) **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. (1996) **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P. (1992). **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

FREIRE, P. (1968). **Pedagogia do oprimido**. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. (1978) **A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GATTI, B. A. *et al.* **Formação de professores para o ensino fundamental: instituições formadoras e seus currículos: relatório de pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Fundação Vitor Civita, 2008. 2v.

Questões Étnico-raciais

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. **Professores**: aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social. Brasília, DF: UNESCO, 2009a.

GATTI, B. A.; NUNES, M. M. R. (org.). **Formação de professores para o ensino fundamental**: estudo de currículos das licenciaturas em pedagogia, língua portuguesa, matemática e Ciências Biológicas. São Paulo: FCC, 2009b.

HENRIQUES, R. *et al.* (org.). **Gênero e diversidade sexual na escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília, DF: Secad, 2007. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf. Acesso em: 16 jul. 2021.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018b.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1, edições, 2018a.

MUNANGA, K. Negritude e identidade negra ou afrodescendente: um racismo ao avesso? **Revista da ABPN**, Goiânia, v. 4, n. 8, p. 6-14, jul./out. 2012. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/246/222>. Acesso em: 16 jul. 2021.

NÓVOA, A. Relação escola-sociedade: “novas respostas para um velho problema”. *In*: SERBINO, R. V. (org.). **Formação de professores**. São Paulo: Ed. UNESP: FINEP, 1998. p. 19-40.

NÓVOA, A. (org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2007.

NUNES, A. A. C. *et al.* A lei 10.639/03 como instrumento político-pedagógico na perspectiva do combate ao racismo na educação básica. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 24, n. 1, p. 203-212, mar. 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.18316/recc.v24i1.4582>. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/4582/pdf>. Acesso em: 16 jul. 2021.

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO, ENSINO MÉDIO E GESTÃO. Desigualdade racial na educação brasileira: um guia completo para entender e combater essa realidade. *In*: **Observatório de Educação, Ensino Médio e Gestão**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/desigualdade-racial-na-educacao>. Acesso em: 19 out. 2021.

SANTOS, A. O.; OLIVEIRA, L. R. O bloqueio epistemológico no Brasil e a psicologia. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 20, n. 227, p. 250-260, mar./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/53993/751375151727>. Acesso em: 10 nov. 2021.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Questões Étnico-raciais

TARDIF, M.; LESSARD, C. O **trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.

UNICEF. Nos últimos 5 anos, 35 mil crianças e adolescentes foram mortos de forma violenta no Brasil, alertam UNICEF e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *In*: UNICEF. Brasília, DF, 22 out. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nos-ultimos-cinco-anos-35-mil-criancas-e-adolescentes-foram-mortos-de-forma-violenta-no-brasil>. Acesso em: 20 out. 2021.

SOBRE AS AUTORAS E O AUTOR

MAYLTA BRANDÃO DOS ANJOS

Doutora e mestre em Ciências Sociais pelo CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Editora da revista *Ensino, Saúde e Ambiente*. Tem experiência na área de educação, com ênfase em ensino de ciências, atuando principalmente nos seguintes temas: educação ambiental, políticas públicas educacionais, formação de professores e educação inclusiva. Desenvolve trabalhos de pesquisa junto aos professores da educação básica e superior, com ênfase em educação profissional e tecnológica; ensino de ciências, divulgação científica e promoção de saúde.

LUIZA RODRIGUES DE OLIVEIRA

Psicóloga formada pela Universidade Federal Fluminense (1992), possui doutorado (2003) e mestrado em Educação (1998) pela Universidade de São Paulo. É professora do curso de graduação em Psicologia, professora do Programa *Stricto Sensu* em Psicologia e do Programa *Stricto Sensu* em Ensino de Ciências da Natureza da Universidade Federal Fluminense. É editora da revista *Ensino, Saúde e Ambiente*. Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF no quadriênio 2017-2021. Áreas de pesquisa: ensino de ciências, psicologia do desenvolvimento humano e educação antirracista. Integra o coletivo de Professoras/es Negras/os, Ativistas e Militantes Antirracistas da UFF (ENUFF) e o Coletivo de Intelectuais Negras e Negros (CDINN).

MARIA BERNADETE PINTO DOS SANTOS

Possui bacharelado em Química pela Universidade Federal da Bahia (1976), mestrado em Geociências (Geoquímica) pela Universidade Federal Fluminense (1981) e doutorado em Geociências (Geoquímica) pela Universidade Federal Fluminense (1997). Em 1999, realizou pós-doutorado na Universidade de Oklahoma (EUA). Em 2001, coordenou o Acordo de Cooperação, celebrado entre a Universidade Federal Fluminense e a Universidade de Oklahoma. Foi chefe do departamento de Físico-Química nos períodos de 2002 a 2004 e 2004 a 2006. Atualmente, é professora titular aposentada do Departamento de Físico-Química da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência em ensino de química, educação ambiental, gases do efeito estufa, adsorção sobre sólidos e metodologias de análises de hidrocarbonetos de petróleo. Coordenou a comissão que elaborou a proposta (APCN) para criação do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Natureza. Foi coordenadora da

Questões Étnico-raciais

Proposta, submetida à CAPES, para criação do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Natureza. Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência da Natureza de 2012 até 04 de abril de 2020. É pesquisadora no grupo de pesquisa cadastrado no CNPq denominado Psicologia Histórico Social e Ensino de Ciências. Ministrou cursos para professores do ensino médio no Institutos de Química em projetos de extensão de formação continuada de professores. Foi vice-coordenadora do projeto Adequação de Infraestrutura de Laboratórios para Quantificação de Hidrocarbonetos em Amostras de Sedimentos Marinhos Coletados pela Técnica de Piston Core, financiado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP). Foi pesquisadora do projeto P & D, Otimização de metodologias para extração e análises de hidrocarbonetos de petróleo, também financiado pela ANP. Participa como pesquisadora de vários projetos de pesquisa em ensino de ciências.

ROSE MARY LATINI

Possui doutorado (1998) e mestrado (1989) em Geociências-Geoquímica Ambiental, é licenciada em Química (1987) e possui graduação em Química Industrial (1983), todos os títulos obtidos pela Universidade Federal Fluminense. É professora do Departamento de Físico-Química/UFF e do Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Natureza/ UFF, estando ligada à linha de pesquisa Ensino de Química. Na Universidade Federal Fluminense, desenvolve pesquisas na área de Arqueometria e Ensino de Química. É editora da revista *Ensino, Saúde e Ambiente* e avaliadora em outros periódicos da área de ensino. Lidera, com a professora Luiza Rodrigues de Oliveira, o Grupo de Pesquisa Abordagem Histórico Cultural e as Práticas Sociais, cadastrado no Diretório de Grupos/CNPq. Em sua produção, os temas principais são arqueometria, ensino de ciências, química e ambiente e educação para o ambiente.

VALMIR CÂNDIDO SBANO

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (1988), mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1993) e doutorado em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004). Atualmente, é professor associado V da Universidade Federal Fluminense. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da Natureza/UFF. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Interface filosofia-psicologia-psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: psicanálise e seu ensino, sistemas psicológicos, aplicações à psicologia do desenvolvimento e ensino de ciências.